

3000
EDIÇÕES

Jornal chega hoje à 3.000ª edição

Sarney lembra que **Jornal do Senado**, criado em 4 de maio de 1995 como o primeiro veículo de comunicação da Casa, visa dar transparência às atividades do Legislativo. **7**

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XV – Nº 3.000 – Brasília, quinta-feira, 16 de abril de 2009

Entre assessores, Guido Mantega (2º à esq.) e Paulo Bernardo detalham a proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o próximo ano



Waldemir Rodrigues

LDO prevê crescimento de 4,5% e mínimo de R\$ 506

A proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) enviada ontem pelo governo ao Congresso Nacional trabalha com números otimistas para a economia brasileira no próximo ano: crescimento econômico de 4,5%, igual à inflação medida pelo IPCA. O Executivo informa que manterá sua política de reajustes reais para o salário mínimo, definida em projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados. Com isso, o valor do piso subirá dos atuais R\$ 465 para R\$ 506,50 a partir de 1º de janeiro do próximo ano. **5**

A visão de quatro senadores sobre a crise

Casagrande apoia redução de superávit, Cristovam diz que futuro está na indústria tecnológica, Marconi e Jereissati acusam governo de gastar muito e mal. **6**

Jane Araújo



Ex-ministro entrega a Sarney (D) sugestões do Fórum Nacional e Cúpula Empresarial

Reis Velloso apresenta proposta contra a crise

O ex-ministro Reis Velloso entregou ontem ao presidente do Senado, José Sarney, um plano de ação "sugerindo que o poder público defina uma estratégia para fazer o Brasil enfrentar a crise econômica que angustia o mundo". O documento foi elaborado pelas associações Fórum Nacional e Cúpula Empresarial, a pedido do presidente Lula. **6**

Reforma do regimento tramitará com urgência

A comissão especial de reforma do Regimento Interno entregou ontem à Mesa seu relatório final. José Sarney anunciou que o projeto deverá tramitar em regime de urgência. **3**

José Cruz



Presidida por Demostenes Torres, CCI aprovou ontem diversas proposições, além da realização de audiências públicas

Integrante do MP poderá ser impedido de advogar

Projeto aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania inclui os ocupantes de cargos ou funções vinculados direta ou indiretamente a qualquer órgão do Ministério Público. De iniciativa da Câmara dos Deputados, a proposição vai à deliberação do Plenário. **4 e 5**

Comissão de Assuntos Sociais aprova benefício para trabalhador com enfermidades a serem especificadas em regulamentação. Proposta segue para análise do Plenário

Projeto permite saque do PIS-Pasep por doente grave

COM A FINALIDADE de dar ao trabalhador a possibilidade de um melhor atendimento médico-hospitalar, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou um projeto que permite o saque do saldo das contas individuais dos participantes do PIS-Pasep, quando eles tiverem doença considerada grave.

Atualmente, o saque do saldo das contas dos programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) é permitido somente no caso de aposenta-

doria, invalidez ou morte.

O autor da proposta (PLS 432/08) é o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS). O relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), lembra que o Conselho Diretor dos programas já vem autorizando, mediante resoluções, o saque do saldo das contas, no caso do titular ser portador de câncer ou do vírus HIV. Em seu relatório, o senador considerou a medida como "um tratamento injusto para outras classes de doenças igualmente graves".

Raupp explica ainda que o

projeto, por ser complementar, deverá ser apreciado em Plenário. Além disso, haverá a necessidade de uma regulamentação para especificar as doenças graves que darão direito ao benefício, em conformidade com o cenário epidemiológico definido pelas autoridades em Saúde.

Para a presidente da CAS, Rosalba Ciarlini (DEM-RN), a proposição "tem potencial para resultar em medida de grande alcance social". A senadora fez um apelo para rapidez nas próximas etapas da tramitação.



Mozarildo Cavalcanti (E), Roberto Cavalcanti, Paulo Paim e Flávio Arns em reunião da Comissão de Assuntos Sociais

Atendimento psicológico em escolas públicas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou projeto que coloca à disposição dos alunos da educação básica da rede pública os serviços de psicólogos e assistentes sociais. A equipe multiprofissional será vinculada à escola e, se necessário, contará com a participação de profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS).

A proposta (PLC 60/07) segue para o Plenário, com solicitação de urgência, apresentada pelo relator, Flávio Arns (PT-PR).

Os serviços deverão ser prestados nas redes públicas de educação básica de acordo com as necessidades e prioridades definidas na política de educação. Caberá a equipes multiprofissionais desenvolver, com a participação da comunidade escolar, ações voltadas para a melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem. O prazo para que os sistemas de ensino façam as devidas adaptações será de um ano.

Para realizar o seu trabalho, psicólogos e assistentes sociais terão de levar em conta o projeto político-pedagógico das instituições e estabelecimentos de ensino e as necessidades específicas de desenvolvimento do educando. Esses profissionais deverão também servir de mediadores nas relações sociais e institucionais.

A presidente da CAS, Rosalba Ciarlini, elogiou a iniciativa, por considerá-la uma proposta que abrange o sentido amplo da palavra educação, com vistas à formação do cidadão e à educação para a paz.

Subcomissões vão atuar na área social

Em reunião extraordinária, a Comissão de Assuntos Sociais instalou ontem a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência.

Na ocasião, os dez integrantes – cinco titulares e cinco suplentes – da subcomissão elegeram o senador Flávio Arns presidente do novo colegiado e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) como vice-presidente.

Sob a presidência da senadora Rosalba Ciarlini, a CAS instalou, também ontem, a Subcomissão do Emprego e Previdência, com dez integrantes. Paulo Paim (PT-RS) foi eleito presidente e, para vice, foi escolhido Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

A CAS instalou ainda a Subcomissão de Acompanhamento da Saúde, que vai eleger seus dirigentes em reunião a ser agendada. A subcomissão deverá ter como presidente o senador Augusto Botelho (PT-RR) e como vice Papaléo Paes (PSDB-AP).

Audiência discutirá legislação ambiental e agronegócio

As implicações do alcance territorial da Legislação Ambiental e Indigenista e da definição de áreas de proteção permanente para o agronegócio serão discutidas em audiência pública na CAS, no dia 21.

O debate, a ser realizado no Plenário do Senado, será conjunto com outras nove comissões. A autora do requerimento foi Kátia Abreu (DEM-TO). Estão convidados para a audiência o pesquisador da Embrapa Florestas Gustavo Ribas Curcio; e o pesquisador da Embrapa Monitoramento por Satélite Evaristo Eduardo de Miranda. O vice-presidente da CAS, Paulo Paim (PT-RS), propôs a vinda também do presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Márcio Meira.

Outro requerimento aprovado na CAS prevê a discussão do documento "Emprego Público no Brasil: Comparação Internacional e Evolução Recente", estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Para discutir o tema, será convidado o presidente do instituto, Márcio Pochman. A audiência deverá ser conjunta com a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social. A autora do requerimento é Ideli Salvatti (PT-SC).

Também será realizada audiência sobre a regulamentação da profissão de comerciário. Deverão ser convidados representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), da União Geral dos Trabalhadores (UGT), do Fórum Sindical e da Fecomércio.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Pauta está trancada por medida provisória

A sessão, às 14h, é deliberativa. A pauta está trancada pelo projeto de lei de conversão (PLV) proveniente da medida provisória (MP 449/08) que altera a legislação tributária federal para estabelecer novas regras de parcelamento de débitos de tributos federais.

Sarney preside, às 10h, reunião da Mesa

O presidente do Senado, José Sarney, participa às 10h, na sala de audiências, de reunião da Mesa diretora. Às 11h30, recebe o juiz Jansen Filho de Almeida, da Associação Nacional dos Magistrados Estaduais. Às 12h, recebe a

diretora substituta da Secretaria Especial de Comunicação Social da Casa, Ana Lúcia Novelli, e o diretor do *Jornal do Senado*, Davi Emerich, que entregarão a 3.000ª edição da publicação. E às 16h preside a ordem do dia.

CI debate gargalos no transporte de produtos agrícolas

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) realiza, às 8h30, audiência pública sobre as dificuldades dos produtores rurais e empresários do setor de transporte, além das limitações e prejuízos impostos a eles, devido aos gargalos existentes no sistema de transportes de cargas.

Foram convidados para o debate o diretor-executivo da Confederação Nacional do Transporte (CNT), Bruno Batista, e o consultor de infraestrutura e logística da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Luiz Antonio Fayet.

Uniformização de jurisprudência em discussão na CCJ

Audiência pública, às 10h, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), discutirá a proposta que trata da uniformização de jurisprudência quando houver divergência de entendimento nas decisões dos juizados de pequenas causas dos tribunais estaduais. Participarão do debate os presidentes do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, e do Superior Tribunal de Justiça, Cesar Asfor Rocha, entre outros convidados.

Comissão de mudanças no clima reúne-se às 9h30

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas reúne-se, às 9h30, para votar requerimentos. Na primeira parte da reunião, o senador

Romeu Tuma (PTB-SP) falará sobre recursos do Interlegis e do Prodasen que podem ser usados pelo colegiado em auxílio aos trabalhos.

Na CRE, adesão da Venezuela ao Mercosul

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) realiza, às 10h, audiência pública para discutir o texto do Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul. Foram convidados para o debate os embaixadores Rubens Barbosa, Sérgio Amaral e Paulo Tarso Flecha de Lima.

CAS ouve especialistas sobre casos de dengue

A partir das 10h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza audiência pública para discutir os casos de dengue em todo o território nacional, especialmente no estado da Bahia. Foram convidados para o debate a diretora da Vigilância Epidemiológica e coordenadora do Programa Nacional de Controle da Dengue do Ministério da Saúde, Carla Magda Domingues; o representante da Confederação Nacional de Municípios, Denílson Magalhães; o secretário de Saúde do estado da Bahia, Jorge José Santos Pereira Solla; o presidente da União dos Municípios da Bahia, Roberto Oliveira Maia; e o 4º secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, Ismar Barbosa Cruz.

Amapá vai ampliar projeto Luz para Todos

Gilvam Borges (PMDB-AP) comemorou o início da segunda etapa do programa Luz para Todos, do governo federal, no estado do Amapá. Essa fase contará com recursos da ordem de R\$ 155 milhões até 2010. A informação, conforme disse o senador (foto ao lado), foi dada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.



Gerardo Magela

Segundo Gilvam Borges, a segunda etapa irá beneficiar mais de 260 comunidades rurais, num total de 15 mil domicílios e mais de 100 mil pessoas. Com isso, afirmou o senador, 99,9% do estado estará atendido com energia elétrica, "apagando as últimas lamparinas". Borges propôs a realização de uma "grande festa em Macapá" no lançamento do projeto.

Aprovados cinco embaixadores

O Plenário do Senado aprovou cinco indicações do presidente da República para o cargo de embaixador do Brasil no exterior. Para atuar junto à República Libanesa, foi aprovado o nome do diplomata Roberto Campos Tarrisse da Fontoura. O diplomata Paulo Wangner de Miranda ocupará o cargo em Granada. Para Barbados, vai o diplomata Appio Caludio Muniz Acquarone Filho. Os diplomatas Orlando Galvêas Oliveira e Carlos Soares Luz ocuparão, respectivamente, o cargo de embaixador junto à República de Camarões e à República Unida da Tanzânia.

Na pauta, PLV do Imposto de Renda

O Projeto de Lei de Conversão (PLV) 4/09, proveniente da Medida Provisória 451/08, foi lido ontem em Plenário e terá como relator-revisor o senador Marconi Perillo (PSDB-GO). A matéria foi aprovada pelo Plenário da Câmara dos Deputados no último dia 7.

A proposta acrescenta duas alíquotas à tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). Essas alíquotas são de 7,5%, para rendimentos de R\$ 1.434,60 a R\$ 2.150, e de 22,5%, para valores de R\$ 2.866,71 a R\$ 3.582. As regras previstas já estão em vigor desde 1º de janeiro deste ano.

Sarney participa de homenagem ao STJ



Jonas Pereira

O presidente do Senado, José Sarney, participou ontem da comemoração do 20º aniversário de instalação do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Na ocasião, Sarney recebeu medalha e placa comemorativa relativas à data. Estiveram presentes à cerimônia

várias autoridades, entre elas, o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer. Flexa Ribeiro (PSDB-PA), por sua vez, encaminhou, em Plenário, requerimento de voto de aplauso ao STJ pelo aniversário. O senador solicitou que o voto de aplauso seja entregue ao presidente do STJ, ministro Francisco César Asfor Rocha. Ribeiro lembrou que o STJ ficou conhecido como "tribunal da cidadania".

Druon é lembrado por senadores

José Sarney prestou homenagem ao literato francês Maurice Druon, morto na última terça-feira, aos 91 anos. No Brasil, e em muitos outros países, uma das obras mais conhecidas de Druon é *O Menino do Dedo Verde*, livro infantil adotado pelas escolas.

Ao final de seu discurso, o presidente do Senado Federal pediu a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento "de um dos maiores escritores franceses do século passado e do princípio deste século". A manifestação será encaminhada à viúva de Druon, Madeleine.

Druon visitou o Maranhão duas vezes.

Acordo Ortográfico é lançado em braile

O Senado lançou na noite de ontem, na Biblioteca Acadêmica Luiz Viana Filho, um guia impresso em braile do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. A publicação foi elaborada pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep), por requerimento de Romeu Tuma (PTB-SP).

O senador destacou a importância de tornar acessíveis a todas as pessoas as atualizações da ortografia. Segundo informou Tuma, há a intenção de enviar a versão em braile do guia para os demais países de língua portuguesa. Estiveram ainda no lançamento os senadores Flávio Arns (PT-PR) e Renato Casagrande (PSB-ES).

Objetivo das mudanças no regimento interno é dar mais agilidade aos trabalhos do Senado. Sarney elogia proposta e diz que ela deve tramitar em regime de urgência

Comissão apresenta projeto de reforma do regimento

A COMISSÃO ESPECIAL criada para propor mudanças no Regimento Interno do Senado entregou ontem ao presidente da Casa, José Sarney, seu relatório final, na forma de um projeto de resolução do relator, Gerson Camata (PMDB-ES). Em seguida, Sarney leu o projeto em Plenário, passando assim a valer o prazo de cinco dias úteis para a apresentação de emendas. O objetivo da reforma do regimento é agilizar os trabalhos da Casa.

O presidente afirmou que o Senado é uma instituição dinâmica, sujeita a modificações e que o regimento precisa ser atualizado. Ele parabenizou os senadores da comissão pelo trabalho e lembrou que já se tentou reformar o regimento interno muitas vezes, sem sucesso.

– É uma tarefa difícil, já vi várias tentativas malograrem. Temos um cemitério de reformas do regimento que não chegaram a conclusão nenhuma – disse, elogiando, pela dedicação, o presidente da comissão especial, Marco Maciel (DEM-PE), e demais integrantes do colegiado.

José Sarney afirmou que teve a sorte de receber a proposta já concluída, uma vez que os trabalhos da comissão foram iniciados durante o mandato do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) na Presidência da Casa. O presidente anunciou

ainda que o projeto de reforma do regimento deverá tramitar em regime de urgência, para garantir rapidez na votação. A matéria será examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, caso alguma emenda seja aprovada, retorna à comissão especial. A matéria vai então ao Plenário, quando será examinada em definitivo.

Dinamismo

O relator, Gerson Camata, explicou que o objetivo do projeto de mudança do regimento é dar mais objetividade e dinamismo aos trabalhos do Senado. De acordo com Camata, a proposta modifica 190 artigos dos cerca de 400 que o regimento interno contém.

– Queremos equilibrar a atuação da Casa, para garantir que aqui se vá falar muito, legislar muito e fiscalizar muito – afirmou.

Entre as modificações previstas no projeto, está a determinação de que um senador só poderá atuar como relator de um projeto de cada vez. A ideia, segundo Camata, é impedir que projetos fiquem muito tempo, até anos, nas mãos de um relator. O senador lembrou que um projeto de sua autoria chegou a ficar seis anos com um relator. Já Sarney disse que uma proposta sua ficou 17 anos com um relator.

Camata sugere ainda que,

quando houver uma medida provisória (MP) trancando a pauta, a sessão plenária já comece pela ordem do dia, ou seja, pelo exame da MP, e não por discursos, como ocorre hoje.

"Pela ordem"

O senador Garibaldi Alves Filho – responsável por instituir a comissão, quando foi presidente do Senado – esteve presente à entrega da proposta. Para ele, a reforma do regimento interno busca dar mais objetividade à atuação do Plenário e das comissões da Casa. Entre as mudanças, Garibaldi deseja que seja aprovado o fim do chamado "pela ordem" – recurso pelo qual os parlamentares garantem a palavra a qualquer momento numa sessão. Na avaliação do senador, a extinção do "pela ordem" é imprescindível para agilizar os trabalhos do Plenário.

– O 'pela ordem' é o que leva as sessões a se arrastarem interminavelmente, porque permite que os parlamentares usem da palavra a qualquer hora – disse Garibaldi.

Também estiveram presentes à entrega do documento os parlamentares que formam a comissão especial, senadores Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), César Borges (PR-BA) e Papaléo Paes (PSDB-AP), além da secretária-geral da Mesa, Cláudia Lyra.



Comissão especial entrega ao presidente José Sarney (C) relatório final com sugestões de alterações regimentais

Secretários defendem projeto que muda licitações

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem oito integrantes do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Administração. Eles solicitaram a votação, o mais rapidamente possível, de projeto de lei que acelera os processos licitatórios (PLC 32/07).

O secretário de Administração do Espírito Santo, Ricardo de Oliveira, explicou que o projeto, que modifica a Lei de Licitações (8.666/93), "agiliza enormemente" a execução de projetos pela administração pública. Entre as modificações que constam da matéria, ele ressaltou a prioridade para o pregão eletrônico e a inversão das fases das licitações, permitindo que apenas as empresas que apresentem melhor preço tenham seus documentos examinados, diferentemente do que ocorre hoje, quando todos os concorrentes no processo licitatório são averiguados.

Gregolin pede criação do Ministério da Pesca

A criação do Ministério da Pesca foi assunto de audiência do ministro Altemir Gregolin, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, com o presidente do Senado, José Sarney.

No mês passado, comissão especial da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei criando esse ministério. Como a matéria tramitava em caráter terminativo, ela segue agora diretamente para o Senado.

– O presidente Sarney me disse que tem total compromisso em dar agilidade à votação desse projeto. A transformação dessa secretaria em ministério é da maior importância. O Brasil, que hoje produz 1 milhão de toneladas de pescados, terá a possibilidade de produzir 20 milhões de toneladas – disse Gregolin, destacando que o ministério teria mais autonomia com orçamento próprio e pessoal adequado.



Degradação do recurso prejudica toda a sociedade, diz Zambiasi

Zambiasi ressalta a importância do solo

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) lembrou ontem o Dia Nacional da Conservação do Solo. O senador salientou que o cuidado na conservação desse recurso natural é a única forma de aumentar, de forma sustentável e sem degradação ambiental, a produção de alimentos.

— Não é apenas o próprio produtor rural que se vê prejudicado quando em suas terras ocorre erosão do solo. Um grande prejuízo à sociedade surge à medida que os detritos e sedimentos são carregados em direção a cursos d'água.

Papaléo destaca plano do Sebrae

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) do Amapá apresentou aos beneficiadores de açaí do estado um plano de trabalho para o período 2009/2011, tendo em vista a demanda crescente pelo fruto no Brasil e no exterior. O anúncio foi feito pelo senador Papaléo Paes (PSDB-AP), em discurso feito ontem.

Entre outras finalidades, o projeto prevê a melhoria da qualidade da matéria-prima, o fortalecimento da cultura associativista e o controle da fitossanidade.

Papaléo Paes disse que a cultura do açaí demonstra o potencial de desenvolvimento do Amapá com base em um produto característico da região e sem agressão ao meio ambiente.

Paim busca saída para greve na Ulbra

Paulo Paim (PT-RS) solidarizou-se com alunos, professores, familiares e pessoas que dependem do Hospital da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), no Rio Grande do Sul, cujos professores, funcionários e médicos estão em greve desde o dia 8. O senador se reúne hoje com dirigentes da Ulbra na tentativa de encontrar uma solução para o impasse.

Borges faz alerta sobre dengue

César Borges (PR-BA), em discurso feito ontem, cobrou "ações efetivas e eficazes" dos governos estadual e federal, em parceria com as prefeituras, para combater a epidemia de dengue em seu estado.

— As providências até agora foram ineficientes. A epidemia ficou fora de controle, levando a Bahia para as manchetes nacionais e mundiais — disse. O senador citou reportagem do jornal espanhol *El País* segundo a qual, desde janeiro, 38 pessoas morreram de dengue no estado. Já são 45.683 doentes, o que representa um aumento de 313% em relação aos números de 2008.

César Borges lembrou que a epidemia de dengue será debatida em audiência pública hoje, às 10h, na Comissão de Assuntos Sociais.



Elevação da oferta do produto reduziria os valores, diz Camata

Camata quer reduzir preço de fertilizante

Gerson Camata (PMDB-ES) defendeu mudanças urgentes no Código Brasileiro de Mineração, de modo a aumentar a produção de fertilizantes. A queda no preço seria um efeito da elevação da oferta e da revogação de tributos, como a contribuição embutida no preço do produto para a construção de navios.

— O fertilizante do Brasil é o mais caro do mundo. Há alguém no mundo que não quer que o Brasil se torne um grande produtor agrícola — disse o senador.

Ele também enfatizou a importância da queda no preço do óleo diesel para o fortalecimento da economia do país.

Delcídio homenageia deputados

Delcídio Amaral (PT-MS) homenageou os deputados federais Carlos Wilson e João Herrmann, falecidos na semana passada. O senador lembrou que Carlos Wilson, além de senador e deputado, foi governador e vice-governador de Pernambuco, além de presidente da Infraero.

— Quero também mandar um grande beijo à família do saudoso deputado João Herrmann. Era um grande amigo, agrônomo da Escola de Agronomia de Piracicaba — disse Delcídio.

INQUÉRITO

Adiada votação de incentivo a revelações sobre delitos

Elaborada pela CPI dos Correios, a proposta que cria programa de incentivo a pessoa que se dispuser a fornecer informações relevantes para inquéritos sobre crimes hediondos e outros delitos teve a votação adiada por 15 dias na Comissão de Justiça. O relator da matéria (PLS 228/06), senador César Borges (DEM-BA), vai estudar alterações em dispositivos questionados por membros da CCJ e pelo Ministério da Justiça.

MAIORIDADE PENAL

CCJ concede vista coletiva a duas emendas de Plenário

Em razão de pedido de vista coletiva, a Comissão de Constituição e Justiça adiou ontem a votação das duas emendas de Plenário ao substitutivo da PEC 20/99, que reduz a maioridade penal no país. O substitutivo estabelece que, entre 16 e 18 anos, o jovem pode ser imputado penalmente se, na época em que cometeu o crime, apresentava capacidade para entender a ilicitude de seu ato.

TRIBUNAL

Comissão aprova 281 cargos no TRT de Goiás

A criação de 281 cargos no Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (Goiás) foi aprovada ontem pela Comissão de Justiça, e vai ao Plenário. No parecer, Lúcia Vânia (PSDB-GO) afirmou que a aprovação dos novos cargos é urgente devido à defasagem de pessoal naquela corte. Informou ainda que o tribunal já fez previsão da dotação orçamentária para arcar com as novas despesas.

VEREADORES

Comissão vota na próxima semana gastos das câmaras

Na próxima semana, será examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a proposta que altera os limites máximos de gastos das câmaras municipais. O texto (PEC 47/08) foi apresentado no Senado como emenda paralela à PEC dos Vereadores, que determina a criação de mais de 7 mil vagas de vereadores no país e foi aprovada pelo Plenário em dezembro de 2008.

ELEIÇÃO

Substituição de candidato a cargo majoritário

Nas eleições majoritárias, a substituição de candidato que for considerado inelegível, que renunciar à candidatura ou que tiver o pedido de registro indeferido pela Justiça somente se efetivará se o pedido for apresentado até 15 dias antes do pleito. É o que determina a substituição de Tasso Jereissati (PSDB-CE) a proposta (PLS 267/07) de Renato Casagrande (PSB-ES) aprovada pela Comissão de Justiça.

Proposta dá ao cidadão poder de destituir presidente e congressista

Considerada polêmica, proposição que introduz no país o chamado *recall* do Direito norte-americano divide os senadores da Comissão de Constituição e Justiça, que decidem promover uma audiência pública sobre o assunto, com a participação de especialistas. Revogação do mandato seria feita mediante referendo

PROPOSTA DE EMENDA constitucional que dá poderes à população brasileira para, mediante referendo, revogar os mandatos do presidente da República, de senadores e de deputados federais dividiu ontem os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) durante discussão da matéria. De autoria de Eduardo Suplicy (PT-SP), a PEC espelha-se em dispositivo de revogação de mandatos adotado nos Estados Unidos da América — o denominado *recall* do Direito norte-americano.

Por entender que a proposta é polêmica, a CCJ resolveu realizar

audiência pública com especialistas para debater a possível introdução na legislação brasileira do instrumento de revogação de mandatos. O debate, proposto pelos senadores Renato Casagrande (PSB-ES) e Aloizio Mercadante (PT-SP), ainda não tem data definida.

O relator da matéria, Pedro Simon (PMDB-RS), é favorável a sua aprovação na forma de substitutivo que apresenta. Para o senador, a proposta tem por meta promover a democracia participativa, na qual o cidadão teria o direito de retirar do cargo quem descumprisse normas legais. Aloizio Mercadante lembrou

que a existência do *impeachment* na legislação brasileira já funciona de forma satisfatória, razão pela qual não vê com bons olhos a introdução de outros dispositivos semelhantes.

Crêterios

Para o referendo destinado à revogação do mandato de presidente da República, de acordo com a PEC, é preciso que seja encaminhada ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) iniciativa popular assinada por pelo menos 5% do eleitorado nacional, distribuído por, no mínimo, nove estados, com não menos de 2% dos eleitores de cada um deles. Esse re-

ferendo poderá ser realizado ainda mediante requerimento da maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, também dirigido ao tribunal.

No caso de revogação do mandato de senador, a exigência, segundo a proposição, é de pelo menos 5% do eleitorado estadual respectivo, distribuído por, no mínimo, nove municípios, com não menos de 2% dos eleitores de cada um deles.

Já na hipótese de revogação de mandato de deputado federal, a iniciativa popular deve ser firmada por pelo menos dois décimos por cento do eleitorado estadual respectivo,

distribuído por, no mínimo, sete municípios, com não menos de cinco décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

O eleitor deve firmar, na petição, nome completo, assinatura, domicílio eleitoral e número do título eleitoral.

Segundo a proposta, caberá ao TSE convocar o referendo, que seria realizado em até três meses após o recebimento da iniciativa popular. O substitutivo abre espaço, nos últimos 20 dias antes do referendo, para a divulgação das teses das partes pró e contra a revogação do mandato em questão.



Na reunião de ontem, presidida por Demostenes Torres (foto menor, ao lado de Romeu Tuma), a Comissão de Justiça aprovou diversas proposições, além de audiências públicas para melhor instruir o exame de outras matérias



José Cruz

Mais rigor no combate ao crime organizado

O projeto de lei que amplia a repressão ao crime organizado no Brasil, a exemplo do tráfico de drogas e da lavagem de dinheiro, será discutido em audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça. A decisão de realizar o debate, que ainda não tem data marcada, foi tomada na reunião de ontem.

A proposta (PLS 150/06), apresentada pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), estabelece novos instrumentos para combater o crime organizado, incluindo normas de investigação, meios de obtenção de provas e procedimento criminal a ser aplicado.

A ideia de realizar a audiência pública foi do senador Aloizio Mercadante (PT-SP). Ele argumentou que a matéria em exame na Comissão de Justiça é complexa porque envolve três áreas de atuação no combate ao crime organizado: o Ministério Público, a Polícia Federal e a Polícia Civil. Além do mais, conforme observou o parlamentar, o Supremo Tribunal Federal (STF) está na iminência de examinar dispositivo sobre o assunto.

Integrante do MP pode ser proibido de advogar

O exercício da advocacia, mesmo em causa própria, poderá ser considerado incompatível para os ocupantes de cargos ou funções vinculados direta ou indiretamente a qualquer órgão do Ministério Público. Projeto que estabelece a proibição foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça, que acolheu parecer do senador Demostenes Torres (DEM-GO).

O projeto (PLC 18/07) altera a lei que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil. Pela norma em vigor, já é proibido o exercício da advocacia aos ocupantes de cargos ou funções vinculados a qualquer órgão do Poder Judiciário e aos que exercem serviços notariais e de registro. Demostenes Torres ressaltou no parecer que a vedação da advocacia militante aos cargos do Ministério Público sustenta-se na lógica e na necessidade, já que guarda profunda simetria com as razões impeditivas aos detentores de cargos no Poder Judiciário. A matéria vai ao Plenário.

Projeto dificulta o tráfico de órgãos

A autorização judicial para doação de tecidos, órgãos ou partes do próprio corpo para transplante em pessoa que não seja cônjuge ou parente consanguíneo só deverá ser aceita caso a petição solicitando a permissão seja instruída com laudo emitido por dois médicos integrantes de equipe de transplantes cadastrada no Ministério da Saúde. Além disso, ambos deverão ter pós-graduação ou título de especialista.

Foi o que decidiu ontem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao aprovar projeto de lei (PLC 84/02) do deputado Aloysio Nunes Ferreira. O objetivo da proposta é inibir o tráfico de órgãos humanos.

O projeto determina ainda que o juiz também poderá, quando a questão não lhe parecer suficientemente esclarecida, nomear perito para que seja feito novo exame do doador. A matéria segue agora para análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde será votada em decisão terminativa.

Regras para ações de intervenção federal

A CCJ também aprovou, na reunião de ontem, regras para os processos e julgamento de representações no Supremo Tribunal Federal (STF) visando intervenção federal nos estados e no Distrito Federal. O projeto de lei do Senado (PLS 51/06) regulamenta dispositivo constitucional que trata da representação interventiva diante da violação de princípios constitucionais ou recusa à execução de lei federal.

O relator da matéria, Demostenes Torres, esclareceu que a partir da publicação da súmula da decisão do STF o presidente da República será obrigado a baixar o ato de intervenção. Do contrário, afirmou, o chefe do Executivo ficará sujeito a responder por crime de responsabilidade, o que pode acarretar, em última instância, seu afastamento do cargo.

O projeto, de autoria do então senador José Jorge, foi inspirado em sugestão do ministro Gilmar Mendes, hoje presidente do Supremo. Com 13 artigos, o texto foi votado em decisão terminativa.

Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010 foi enviado ontem ao Congresso pelos ministros do Planejamento, Paulo Bernardo, e da Fazenda, Guido Mantega

LDO prevê crescimento de 4,5% e mínimo de R\$ 506

O GOVERNO TRABALHA com números otimistas para a economia brasileira em 2010 e prevê um salário mínimo de R\$ 506,50 a partir de 1º de janeiro, conforme projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) enviado ontem ao Congresso.

Os ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, e da Fazenda, Guido Mantega, afirmaram que o documento sugere crescimento de 4,5% da economia nacional em 2010. Na expressão de Mantega, "o pior da crise já passou".

Conforme a proposta, a inflação ficará em 4,5%, o dólar se manterá ao longo do ano na

média de R\$ 2,29 e o barril do petróleo será negociado pelo preço médio de US\$ 56,06. A taxa básica de juros (Selic) registrará no ano que vem a média de 10,21%. Os ministros reafirmaram a crença de que a economia do país, este ano, crescerá 2%, apesar das projeções do mercado de que a taxa poderá ser negativa.

Paulo Bernardo anunciou que o governo enviará ao Congresso modificações na LDO de 2009, com redução do superávit primário do setor público (sobras em caixa antes do pagamento de juros da dívida pública). A ideia é reduzir o superávit glo-

bal de 3,8% do produto interno bruto (PIB) para 2,5%.

No projeto da LDO, o governo mantém a política de reajustes reais para o salário mínimo, prevista em projeto que tramita na Câmara dos Deputados (PLC 42/07). Com isso, o mínimo subirá dos atuais R\$ 465 para R\$ 506,50 em janeiro. Paulo Bernardo informou que o governo cumprirá o previsto no PLC 42/07, mesmo que sua votação não tenha terminado. O projeto prevê reajustes com base na inflação dos 12 meses anteriores, acrescido do percentual de crescimento da economia verificado dois anos antes.

Ideli pede rápida votação de socorro a municípios

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) disse ontem que o Congresso precisa aprovar rapidamente as propostas do governo, anunciadas no início da semana, que liberam R\$ 1 bilhão para as prefeituras como forma de compensar a queda nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Ideli sugeriu que a destinação de recursos seja diferenciada conforme o tamanho dos municípios e sua região. Ela argumentou que a importância do FPM para a arrecadação de uma prefeitura de pequeno porte (com até 2 mil habitantes, por exemplo) é muito maior que para uma prefeitura como a de São Paulo. Além disso, a queda do FPM afeta principalmente os municípios das regiões mais pobres.



Ideli: prioridade para cidades pequenas e de regiões pobres

Osmar elogia ações em favor das prefeituras

Osmar Dias (PDT-PR) considerou acertadas as recentes ações do governo federal em prol dos municípios. Ele elogiou a decisão de editar medida provisória liberando R\$ 1 bilhão para as prefeituras. Os recursos servirão para compensar perdas decorrentes da redução dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios.

O senador também elogiou o anúncio de que todos os municípios poderão participar do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, independentemente do número de habitantes.

— Foi muito importante a decisão de permitir que todos os municípios possam se candidatar, porque vamos levar casas ao interior do país, onde as pessoas devam continuar morando e trabalhando com sua família.



Senador destaca medida para compensar perdas do FPM

Valadares quer decisão sobre repasse a câmaras

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu em Plenário a aprovação da proposta de emenda constitucional que trata dos repasses financeiros às câmaras municipais e da que possibilita aos eleitores a revogação de mandato eletivo. As duas PECs estão em debate na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O parlamentar disse que o Senado cumpriu o seu papel ao aprovar, no ano passado, a chamada PEC dos Vereadores, que já havia sido analisada pela Câmara dos Deputados. Observou, no entanto, que a proposta estava incompleta, pois, ao mesmo tempo em que fixava o número de vereadores, reduzia os repasses financeiros para as câmaras municipais a "níveis insuportáveis".



Valadares apoia PEC da revogação de mandato

"É inoportuno decidir sobre gasto de vereador"

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), disse que não considera oportuno votar, neste momento, a proposta que altera os limites máximos de gastos das câmaras de vereadores. Para o senador, deliberar sobre esse assunto agora poderia prejudicar a imagem da Casa.

"O momento atual é de cortar gastos, inclusive no Senado", afirmou, adiantando que não há consenso em seu partido acerca da proposta (PEC 47/08), e que a bancada não deverá fechar questão sobre o tema.

A matéria tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. De autoria de César Borges (PR-BA), é relatada por Valter Pereira (PMDB-MS), que, em substitutivo, propõe que os limites de gastos das câmaras de vereadores sejam definidos por lei complementar.



Virgílio: momento é de cortar gastos, inclusive no Senado

"A primeira frente é definir como objetivo não fazer recessão e tentar alcançar este ano um crescimento de 2%", afirma ex-ministro

Reis Velloso entrega a Sarney proposta anticrise

MINISTRO DO PLANEJAMENTO nos governos Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel, o economista João Paulo dos Reis Velloso entregou ontem ao presidente do Senado, José Sarney, um plano de ação contra a crise financeira internacional. O documento foi elaborado pelas associações Fórum Nacional, da qual Reis Velloso é coordenador, e Cúpula Empresarial, organismos que reúnem economistas, cientistas políticos e sociólogos para oferecer sugestões em

busca da modernização brasileira.

O ex-ministro disse que o estudo foi elaborado a pedido do presidente Lula e acaba de ser entregue aos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo. O mais importante nesse texto, segundo explicou, é a sugestão de que o poder público defina uma estratégia para fazer o Brasil enfrentar a depressão econômica que angustia o mundo.

– A primeira frente é definir como objetivo não fazer recessão e tentar alcançar

este ano um crescimento de 2%. Para dar credibilidade a esse objetivo, você precisa tomar ações de curto prazo, prevenindo crédito, contendo a vulnerabilidade externa, que já existe, contendo gastos de custeio e, por outro lado, adotando ações para aproveitar oportunidades.

Reis Velloso afirmou que o Brasil pode transformar a exploração do petróleo da camada pré-sal numa oportunidade para tornar-se um grande parceiro no jogo econômico mundial.

– O Brasil pode ter a melhor matriz energética do mundo. Já começou com o desenvolvimento da energia hidrelétrica. Podemos entrar numa nova etapa nessa questão dos biocombustíveis. Podemos produzir combustível de celulose, por exemplo, com florestas de multiuso – disse.

De acordo com o ex-ministro, o presidente do Senado considerou as ideias apresentadas muito boas e capazes de ajudar o país.

Fotos de Geraldo Mangêlo



TASSO JEREISSATI



MARCONI PERILLO



RENATO CASAGRANDE



CRISTOVAM BUARQUE

Governo "mete os pés pelas mãos"

Tasso Jereissati (PSDB-CE) acusou ontem o governo federal de "meter os pés pelas mãos" ao "aumentar exageradamente" os gastos correntes, neste momento de crise, em detrimento dos investimentos. Ele apontou o crescimento desordenado daquela rubrica no Orçamento, que apenas no primeiro trimestre deste ano teria chegado a R\$ 36 bilhões. Por outro lado, aos investimentos em infraestrutura, como os das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), foram destinados apenas R\$ 400 milhões.

– Há uma grave confusão, uma falta de controle e de administração. Esses números demonstram que estamos nos preparando para deixar uma herança maldita para o próximo governo que vem aí – disse.

Somente em gastos com funcionários terceirizados, afirmou o senador, houve um aumento de mais R\$ 1 bilhão (de R\$ 2 bilhões para R\$ 3 bilhões) no primeiro trimestre. Ele salientou que esse é o mesmo montante que o governo está destinando ao socorro das prefeituras.

Jereissati afirmou que o governo fez uma avaliação errônea da crise, não lhe dando a devida importância e não percebendo que os instrumentos que propiciaram o crescimento da economia brasileira e mundial também vinham de fora, do mesmo lugar onde a crise se iniciou.

O senador acusou o governo de fazer uma "política cíclica", com aumento de gasto público e baixo investimento, que levará ao ressurgimento da inflação. Disse que o Brasil corre risco de entrar em uma "grande crise fiscal".

Executivo promove "gastança sem limite"

"Comemoramos a baixa de juros, ainda que tardia, mas lamentamos profundamente que a economia de recursos oriundos desses mecanismos seja usada não para investimentos públicos, mas para uma gastança sem limites." A observação foi feita pelo senador Marconi Perillo (PSDB-GO), que, em Plenário, disse que enquanto as famílias brasileiras reavaliam o orçamento doméstico para adequá-lo à crise, o governo continua gastando mal e se beneficiando da queda dos juros para fechar suas contas.

Marconi assinalou que, no atual momento de crise na economia mundial, o dinheiro que será economizado com a redução na taxa de juros poderia ser de grande utilidade para o reaquecimento da economia brasileira, mediante investimentos públicos. Porém isso não ocorrerá porque o governo, aproveitando-se do superávit primário dos últimos anos, "aparelhou a máquina e favoreceu politicamente os apadrinhados", aumentando de forma substancial os gastos públicos.

O senador também reclamou que a postura excessivamente otimista assumida pelo presidente Lula e pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, retardou as medidas que deveriam ter sido adotadas muito antes.

Segundo Marconi, a crise exige uma radiografia aprofundada da situação de todos os setores produtivos para a identificação de um cenário e a consequente formulação de políticas públicas para cada segmento. Se um cronograma de ações não for definido, os efeitos de medidas emergenciais poderão se tornar inócuos.

Mais investimentos em infraestrutura

A decisão do governo de reduzir a meta de superávit primário prevista para 2009 foi apoiada por Renato Casagrande (PSB-ES). A previsão anteriormente considerada era da ordem de 3,8% do produto interno bruto (PIB). O governo anunciou ontem que a Petrobras ficará fora desse cálculo e que a nova meta cairá para 2,5% do PIB.

O senador pediu que a Casa esteja atenta para garantir que os recursos, antes reservados para o pagamento de juros da dívida interna, sejam utilizados em obras de infraestrutura.

Casagrande afirma que o governo, "com o objetivo de promover uma política anticíclica de investimentos, capaz de gerar empregos e dar mais oportunidades de trabalho para os brasileiros, vai abrir mão de um aperto fiscal".

– Eu acho que o esforço do governo é importante. Coincide um ano pré-eleitoral com a crise. Mas, em ano de crise, acho que o esforço não deve ser para economizar e pagar os encargos da dívida, porque o Brasil já reduziu muito sua relação dívida/PIB – argumentou.

O parlamentar lembrou que, quando o presidente Lula assumiu o governo, a relação dívida/PIB estava em 50% e que, neste momento, chega a 36%. Em sua opinião, isso significa que há espaço na economia para que o governo possa manter seus investimentos.

– Para estar na contramão da crise, como o nome diz, o governo tem que adotar as políticas anticíclicas, tem que fazer investimento, manter os investimentos. Tem que ajudar os governos estaduais e municipais. O governo não substitui a iniciativa privada, mas ajuda a minorar os efeitos da crise – declarou.

Futuro do país está na indústria tecnológica

"Este é o momento para o país alterar sua indústria de modo que ela passe de mecânica a tecnológica", sugeriu Cristovam Buarque (PDT-DF) ao presidente Lula. O senador lembrou que, depois da crise de 1929, o presidente Getúlio Vargas criou as bases para transformar o Brasil de rural, agrícola e exportador em uma nação urbana, industrial e voltada para o mercado interno.

– Aí está o futuro, como em 1930 estava na indústria mecânica: está na economia sustentável e na indústria do conhecimento, da inteligência, da produção do saber compatível e equilibrada com o meio ambiente.

Na avaliação de Cristovam, os considerados "vilões da crise" – os bancos – também foram os responsáveis pelas altas taxas de crescimento registradas na economia mundial nos últimos anos.

– Como a soma do que se produz tem um valor maior do que o dinheiro em circulação, as pessoas foram se endividando para comprar. Quando descobriram que não tinham como pagar as dívidas, quebraram – afirmou.

Cristovam concordou com as medidas tradicionais já adotadas pelo governo, entre elas a de preservar a indústria automobilística, mas propôs ao governo que modifique a base na qual está assentada a economia. Ele acrescentou que o governo deve investir na criação de empregos nos setores tecnologicamente de ponta. "Até o gasto para manter a indústria tradicional pode ser alterado", disse, sugerindo ao governo que, em vez de conceder vantagens fiscais às montadoras, compre ambulâncias, tratores, ônibus e transportes escolares.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Marconi Perillo • Wellington Salgado • Gerson Camata • Mão Santa • Serys Slhessarenko

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora da Secretaria Especial de Comunicação Social: Elga Mara Teixeira Lopes

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Marco Antonio Reis e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



O **Jornal do Senado** completa hoje 3 mil edições. Em entrevista especial, José Sarney lembra que a publicação nasceu como parte de um projeto destinado a estabelecer a comunicação entre o Senado e a sociedade



4 DE MAIO DE 1995

A primeira edição do *Jornal do Senado* noticiou, em sua manchete, os debates sobre o projeto que seria transformado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). As mudanças sugeridas ao texto adiaram a discussão final da proposta. Em defesa do texto, o relator, senador Darcy Ribeiro, lembrou a crise da educação no país e ressaltou a importância de se rever a legislação da área. Sancionada em 1996, a LDB exigiu formação superior para professores de todas as séries do ensino fundamental, entre outras medidas

Sarney: jornal visa assegurar a transparência no Senado

“NÃO HÁ MAIS pobreza no Brasil” – essa é a manchete que o presidente do Senado, José Sarney, gostaria que fosse estampada na edição 3.001 do *Jornal do Senado*, veículo que Sarney criou em 4 de maio de 1995, quando presidiu a Casa pela primeira vez.



Fotos de Geraldo Magela

Sarney destaca necessidade de aprender a utilizar todos os elementos da internet

O que levou o senhor a criar o *Jornal do Senado* e outros veículos de comunicação da Casa?

José Sarney – Sempre tive uma visão de que o Parlamento precisava se modernizar. Nesse processo, um dos elementos fundamentais é o da sua interlocução com a sociedade, que precisa se estender além daquela voltada para a história, dos Anais. O *Jornal do Senado* é assim parte de um projeto que busca todas as mídias para estabelecer a comunicação entre o Senado – e os senadores – e a sociedade. Projeto que assegure sempre a transparência dos trabalhos da Casa.

aprender a utilizar todos os elementos da internet, procurando manter nossa tradição de pioneirismo.

O senhor assinala algum outro meio de comunicação que a modernidade já redesenha?

JS – Já há vários usos da internet que ainda não dominamos. Temos que explorá-los e verificar seu potencial – para, se for o caso, utilizá-los em sua plenitude. Mas, para mim, o jornal e o livro jamais acabarão.

democráticos. Em outras palavras, que as grandes vagas manipulatórias já não teriam tanta força para mudar o rumo da história. O que o senhor acha de tal raciocínio?

JS – Creio que isso não é verdade. Entre nós gozamos de uma estabilidade democrática excepcional de que me sinto em parte responsável. Mas há ameaças à democracia em vários lugares do mundo por parte de pessoas ou grupos, de dentro e de fora do poder.

Se dependesse do senhor, que manchete ideal daria à edição 3.001, que circula amanhã?

JS – Não há mais pobreza no Brasil!

Essa mesma preocupação continua atual? Os mesmos primados de ontem se afirmam hoje?

JS – Sem dúvida. Acrescentamos hoje o fenômeno da mídia em tempo real, e precisamos

Há afirmações de que nos dias de hoje não há mais espaço para um grande político ou uma grande mídia privada desestabilizar regimes

“O *Jornal do Senado* é excelente e muito importante na relação que estabelece com os municípios. Ele traz todas as matérias que tramitam na Casa, as leis, as decisões. Estamos reproduzindo o jornal. Fazemos cópias e enviamos aos nossos órgãos, a toda a administração, às escolas. Nos projetos de leitura, temos trabalhado com alunos do oitavo e nono anos com matérias do jornal. Não consigo enviar o jornal completo porque só recebo dois exemplares. Peço que nos enviem mais exemplares, pelo menos que deem para as nove escolas municipais. E dos dois exemplares que recebo, envio um para a câmara de vereadores. É o único veículo da imprensa escrita que traz matérias nacionais para o conhecimento do município.

Eledir Barcelos de Souza, prefeita de Santa Rita do Pardo (MS)

“Vejo o *Jornal do Senado* sobre dois aspectos: o dia a dia do Senado e as matérias de interesse geral e de informação para o cidadão. Para nós, ele é útil nesses dois sentidos: as matérias de interesse municipalista, de como as coisas estão acontecendo no Senado e a participação de cada senador, mas também de outras informações de uso geral. Recentemente, recortei a última página do *Cidadania* falando sobre o colesterol. Distribuí na prefeitura. Enviei à Secretaria de Saúde. Também já distribuí matérias de cunho histórico. Remeto matérias ou mesmo o jornal para a biblioteca municipal. Eu tento fazer com que o *Jornal do Senado* seja o mais lido possível dentro do município.

Evandro Rocha Mendes, prefeito de Pitangui (MG)

Efraim diz que jornal “permite ao leitor ver e cotejar o conjunto amplo das atividades parlamentares”



Efraim parabeniza *Jornal do Senado* pela 3.000ª edição

Para homenagear esta 3.000ª edição do *Jornal do Senado*, o senador Efraim Morais (DEM-PB) apresentou um requerimento de congratulações à diretora da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Elga Mara Teixeira Lopes; à diretora de Jornalismo, Maria da Conceição Lima Alves; ao diretor do jornal, Davi Emerich, e a todos os servidores envolvidos na produção do periódico.

– Cabe a cada um desses funcionários o reconhecimento pelos imprescindíveis serviços prestados à Casa e aos cidadãos – declarou Efraim, ontem, em Plenário.

O senador lembrou que o jornal, cuja primeira edição foi publicada em 4 de maio de 1995, foi criado durante a primeira gestão de José Sarney (PMDB-AP) à frente da Presidência da Casa.

Efraim Morais disse ainda que o periódico “permite ao leitor ver e cotejar o conjunto amplo das atividades parlamentares, o aprimoramento legislativo na criação de normas e o estudo da realidade dos municípios e dos estados, possibilitando, assim, a necessária transparência das atividades do Senado”.

Os parceiros do jornal

O *Jornal do Senado*, em seus quase 15 anos de existência, sempre contou com a colaboração de dois parceiros fundamentais: a Agência Senado e a Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep), a gráfica do Senado.

A agência é responsável pela cobertura diária dos principais fatos que ocorrem na Casa, com destaque para os debates e votações nas comissões e no Plenário. As matérias e fotos produzidas por seus repórteres é que dão sustentação às edições do jornal diário, que circula de terça a sexta-feira.

Por sua vez, a gráfica responde pela impressão dos jornais – em suas versões diária, semanal e em braille – e também das cartilhas temáticas e encartes especiais. Os arquivos das edições são encaminhados à Seep após o fechamento do jornal e impressos durante a madrugada. A distribuição começa já por volta das 3h.

A exposição com as principais capas do jornal, que está na Senado Galeria, foi produzida e montada pela Subsecretaria de Projetos Especiais (Supres), ligada à Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs). O catálogo com a reprodução das capas, a ser entregue hoje aos senadores em Plenário, foi também elaborado pela Supres.



Érico José Lindner, de Canoas (RS)

“Sou leitor do *Jornal do Senado* há 10 anos. Trata-se de um jornal diferente dos demais por mostrar o dia a dia do Parlamento, o que é votado e o que os senadores

estão discutindo. O jornal oferece uma leitura atraente e informativa, mas sinto falta de reportagens sobre os reflexos das decisões que são tomadas.

O que é transformado em lei está sendo cumprido? O que as pessoas pensam das matérias em discussão? São ideias para melhorar ainda mais o jornal.



Arns (2º à esq.) dirige audiência com especialistas em educação

Residência educacional depende de fonte de recursos

Professores da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental poderão passar por uma residência educacional após sua formação em cursos de pedagogia ou licenciatura. Essa capacitação está prevista em projeto de lei (PLS 227/07) do senador Marco Maciel (DEM-PE), discutido em audiência pública realizada ontem pela Comis-

são de Educação (CE).

Apesar de elogiar a iniciativa, representantes do Ministério da Educação, do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) presentes ao debate ponderaram que sua implementação depende de uma fonte de financiamento para custear bolsas de

estudo para os professores residentes e da negociação de uma política nacional de formação com estados e municípios.

Ao falar de sua proposição, Maciel admitiu ter-se inspirado na residência médica, que apontou como avanço na formação dessa categoria. Pelo projeto, a residência educacional terá carga horária mínima de 800 horas.

Debatedoras defendem políticas públicas de proteção à mulher

A dependência financeira em relação aos homens e a falta de estrutura para denunciar casos de agressões são fatores que contribuem para a violência doméstica contra as mulheres. A solução do problema depende de ações institucionais e de políticas públicas de proteção a elas. As conclusões são das participantes de audiência pública que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realizou ontem.

– Salvo as diferenças regionais, a violência é um fenômeno que atinge todas as mulheres. É um preconceito que existe em todo o mundo, não apenas no Brasil – ressaltou Ane Rosenir

Teixeira da Cruz, gerente de projetos da Secretaria Especial de Política para as Mulheres.

A representante da Rede Feminina de Marcha Mundial de Mulheres, Carla de Paiva, informou que, em 98% dos casos de violência contra as mulheres, os responsáveis são os ex ou atuais companheiros.

A coordenadora da Via Campesina Brasil, Rosângela Piovizani, apontou a falta de pesquisas sobre a violência no campo e nas florestas como um grave problema. Ela salientou que as informações são muito gerais e não enfocam de forma específica a realidade de localidades interiores.



Em audiência pública, CDH discute violência doméstica contra as mulheres

Zambiasi quer ampliar discussão sobre tratamento de drogados

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) solicitou ontem que Paulo Paim (PT-RS) – relator na CDH de projeto de sua autoria que cria o Fundo Nacional de Proteção aos Trabalhadores da Fumicultura (FNF) – inclua o tratamento de saúde de dependentes do tabaco e de outras drogas, lícitas ou não, entre as destinações dos recursos do fundo. O parlamentar também sugeriu que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação

Participativa discuta a dependência química, de modo a criar uma legislação que proteja o cidadão.

Apesar de o projeto inicial de Zambiasi (PLS 176/07) visar à proteção dos trabalhadores no setor de tabaco, bem como estimular a diversificação de atividades econômicas nas áreas cultivadas, o senador defendeu o tratamento de doenças causadas tanto pelo fumo como por outras drogas.

Paim preside subcomissão que examinará reinclusão do idoso

A Subcomissão Permanente do Idoso, que funciona no âmbito na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, elegeu ontem, por unanimidade, Paulo Paim (PT-RS) para a presidência do colegiado. A vice-presidência será exercida por Leomar Quintanilha (PMDB-TO). Paim informou que na próxima semana irá convocar os membros da subcomissão para discutir o cronograma de trabalho.

A reinclusão do idoso no convívio social e no mercado de trabalho está entre as prioridades da subcomissão, afirmou Quintanilha. Ele salientou que essa parcela da população cresce em progressão geométrica, como resultado de políticas públicas de saneamento e de saúde.

O presidente da CDH, Cristovam Buarque (PDT-DF), pediu que Paim e Quintanilha incluam também a alfabetização de idosos entre as prioridades.

Decisão sobre fundações ainda longe do consenso

Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, Ronaldo Pena, teme que medida determinada pelo TCU paralise atividades essenciais realizadas pelas instituições

A COMISSÃO DE Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) discutiu, em audiência pública, o acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) que recomenda maior fiscalização das fundações de apoio às instituições federais de ensino superior.

A secretária de Controle Externo do TCU em Minas Gerais, Neusa Coutinho Affonso, afirmou que as recomendações do tribunal visam ao fortalecimento das universidades e suas fundações de apoio. O objetivo, ressaltou, é esclarecer as normas que asseguram os princípios constitucionais da administração pública.

O presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica



Deputado Eduardo Gomes, Flexa Ribeiro, Lobão Filho e Cláudio Castello Branco

e Tecnológica (Confies), Paulo Afonso Bacarense Costa, lembrou que, para garantir a manutenção e ampliação dos serviços hospitalares, as universidades tiveram que contratar pessoal por meio das fundações.

O reitor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Ronaldo Pena, disse temer a paralisação de atividades essenciais

realizadas pelas fundações.

Já o representante da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, José Rubens Rebelato, observou que o papel do MEC é credenciar, e não fiscalizar, as fundações.

As recomendações surgiram a partir de fiscalização promovida em todo o país pelo Controle Externo do órgão em Minas.

Crise entre UnB e Finatec motivou recomendações

As recomendações do TCU para o relacionamento entre as instituições federais de ensino superior e suas fundações de apoio, contidas no acórdão 2.731/08, surgiram a partir de uma fiscalização realizada em âmbito nacional e provocada por intervenções dos ministros Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro. Em abril de 2008, eles manifestaram preocupação com os “contornos graves que se desenhavam no contexto da crise que envolveu a Fundação Universidade de Brasília, da UnB, e uma de suas fundações de apoio, a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec)”.

Foram fiscalizados 464 contratos ou convênios, que alcançaram a soma de R\$ 948,8 milhões. O relatório da fiscalização apontou vários problemas, entre os quais, a contratação direta de fundações de apoio, com dispensa de licitação, sem atendimento à norma legal de que o objeto fosse pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional.

O relator apresentou uma série de sugestões que foram acolhidas pelo Plenário do TCU em novembro passado. Muitas delas provocaram críticas das universidades.

Papel institucional do TCU deverá ser tema de audiência

O papel institucional do Tribunal de Contas da União deverá ser tema de audiência da Comissão de Ciência e Tecnologia, em conjunto com a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). A proposta foi apresentada pelo presidente da comissão, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) durante a reunião de ontem, na qual a CCT ouviu o secretário de Fiscalização da Tecnologia da Informação do TCU, Cláudio Souza Castello Branco.

O secretário sugeriu aos integrantes do colegiado a realização de auditorias em sistemas eletrônicos importantes, como os de apuração de votos por meio de urnas eletrônicas e de processamento das declarações de Imposto de Renda. Indicou também a possibilidade de auditorias a respeito dos resultados do uso de *software* livre pelo governo e do controle das listas de espera para transplantes de órgãos em hospitais públicos.

Castello Branco ainda informou que a secretaria que comanda, apesar de haver sido criada há pouco mais de dois anos, já teve como consequência uma economia aproximada de R\$ 3,6 bilhões para os cofres públicos brasileiros.

Cristovam pede apoio para educação básica

Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu que as universidades federais envolvam-se na defesa de uma educação básica de qualidade para todos. Somente assim, disse, poderão se dedicar com sucesso à tarefa de criação de conhecimento.

Em audiência pública promovida pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Cristovam elogiou a engenharia brasileira pela criação de aviões de sucesso. Mas observou que boa parte dos equipamentos dos aviões ainda é importada.

Em resposta, o reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, Ronaldo Pena, lembrou que, com a Embraer, o país possui uma indústria própria de aviões, mas não conta com uma indústria verdadeiramente nacional de automóveis. Lamentou, por outro lado, os entraves burocráticos à pesquisa.

Presidida por Lobão Filho (PMDB-MA), a audiência – requerida por Cristovam, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Flávio Arns (PT-PR) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) – tratou sobre a situação das fundações de apoio às universidades e o futuro do gerenciamento de ciência e tecnologia no Brasil.